



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

## Estado de São Paulo

### ATA DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO

Audiência Pública – DOM de 15/01/2024

(PME – Plano Municipal de Educação – PL 254/2023)

Aos 05 de fevereiro de 2024, às 18h42, no plenário da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, a Comissão Permanente de Educação reuniu-se para debater o Projeto de Lei 254/2023, que aprova o Plano Municipal de Educação de Ribeirão Preto – PME e dá outras providências. Estiveram presentes os vereadores Brando Veiga (Presidente), André Rodini (Vice-Presidente), Bertinho Scanduzzi e Judeti Zilli (membros) da Comissão de Educação, além dos vereadores Renato Zucoloto, Presidente da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, e Elizeu Rocha. Renato Zucoloto abriu os trabalhos e conduziu a reunião, agradecendo a presença de todos. Ele informou sobre as metas encaminhadas pelo Prefeito Municipal e mencionou que a peça legislativa chegou com atraso, justificando-se por problemas envolvendo agentes públicos que, à época, estavam designados na Secretaria da Educação. Destacou também que, apesar das dificuldades, inclusive aquelas relacionadas à COVID-19, a Secretaria da Educação realizou atos de gestão exemplares, enfrentando os desafios inerentes ao período. Após a introdução, o vereador Renato Zucoloto passou a palavra ao presidente da Comissão de Educação, vereador Brando Veiga, enfatizando a importância da audiência para colher sugestões, propostas e críticas. Ele convidou os visitantes a se inscreverem para expressarem suas ideias, que seriam debatidas e possivelmente incorporadas ao projeto em forma de emendas para futura deliberação pelo Plenário. O vereador Brando Veiga expressou sua gratidão a todos os presentes, destacando a participação integral dos membros da Comissão de Educação. Ele fez um agradecimento especial a Valéria Fernandes, pela produtiva interação com a Secretaria da Educação e pela receptividade às demandas apresentadas. Lembrou que, até o dia 26 de fevereiro, o plano estará mais detalhado e pronto para ser apresentado ao plenário da Câmara. Agradeceu também aos servidores e membros da Secretaria de Assistência Social. Em seguida, cedeu a palavra ao vereador Renato Zucoloto, que agradeceu as observações de Brando Veiga e sublinhou a importância de todos assinarem a lista de presença. O vereador Renato Zucoloto, liderando a reunião, convidou o vereador André Rodini para se manifestar. Com deferência, Rodini passou a palavra à única mulher membro da Comissão de Educação, a vereadora Judeti Zilli. Judeti Zilli expressou sua gratidão a todos os presentes e destacou a importância daquela noite, considerando os nove anos de atraso na apresentação do PME. Ela lembrou que as discussões sobre o plano municipal de educação começaram antes mesmo de 2010, ressaltando que o documento atualmente em análise oferece um diagnóstico abrangente da Secretaria de Educação. Apesar de reconhecer políticas públicas significativas e investimentos financeiros já realizados, enfatizou a carência persistente de investimentos e planejamento na Secretaria da Educação, necessários para atender às demandas educacionais que se estendem por pelo menos uma década. Com a proximidade do término do plano decenal de educação em 2025 e a ausência de diretrizes municipais de educação, Zilli salientou o considerável déficit educacional, agravado pela pandemia e também observado no contexto nacional. Destacou a urgência de investimentos adequados e planejamento eficaz para atender aos requisitos básicos no cenário pandêmico e pós-pandêmico, que ainda carecem de correção e adaptação. Enfatizou a importância crítica do debate sobre o PME, dada a limitação de tempo para sua execução, alcance de metas e monitoramento essencial, considerando suas implicações para o período eleitoral atual e futuras gestões. Zilli expressou sua expectativa de que, naquela noite e no dia 26/02, seriam delineadas emendas essenciais, confiante de que seriam acatadas pelo governo, conforme proposto pelos parlamentares e comissões. O vereador André Rodini destacou que a educação no Brasil atravessa um



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

## Estado de São Paulo

momento crítico, referindo-se ao conteúdo proposto pelo CONAE como uma tragédia devido ao seu caráter ideológico, sem foco no aprendizado, metas ou qualidade de ensino. Criticou o texto por sua natureza puramente ideológica, inadequado até mesmo para a conclusão de um livro de cunho socialista. Rodini argumentou que a abordagem em Ribeirão Preto deve ser distinta, priorizando o conteúdo educacional em detrimento da ideologia. Enfatizou a importância de garantir e exigir dos estudantes o domínio básico de português e matemática, apontando para o desempenho insatisfatório refletido nas notas dos alunos. Anunciou sua intenção de propor uma emenda ao projeto, visando estabelecer um índice de aprendizado sustentável superior ao que o plano municipal atual sugere, observando que este último nem sequer alcança o índice estadual, que já é mais elevado. Rodini ressaltou a necessidade de aspirar ao mais alto padrão de educação. Relatou ter convidado o professor João Batista, de Sobral, no Ceará, para participar virtualmente de um debate, dada a reputação exemplar da cidade na educação pública brasileira. O professor Batista contribuiu com dados que reforçam essa percepção. Rodini concluiu que é inaceitável exigir dos estudantes municipais que compitam em pé de igualdade com os de escolas privadas sem oferecer a eles condições equivalentes. Observou ainda que os salários dos funcionários públicos municipais superam os da iniciativa privada, questionando por que isso não se traduz em melhores resultados educacionais. Defendeu uma discussão franca e objetiva sobre essas questões, sem perseguições ou viés ideológico, unidos pelo propósito comum de avançar na educação e no aprendizado dos alunos. Prometeu apresentar uma emenda que exigiria que as médias das notas dos alunos de Ribeirão Preto se equiparassem às de Sobral, como um indicador de qualidade educacional a ser alcançado. Após a intervenção do vereador André Rodini, Renato Zucolotto, que presidia a reunião, deu a palavra a Valéria Fernandes Turci, representante da Secretaria Municipal da Educação. Valéria expressou sua gratidão a todos os presentes e compartilhou sua experiência como professora de educação básica na rede municipal de ensino por 12 anos e sua residência no município por 20 anos. Revelou que em 2021 foi designada pela Secretaria Municipal da Educação para acompanhar a atualização do Plano Municipal de Educação, um desafio considerável, visto que sua experiência até então se limitava à docência e à formação de professores. Como cidadã de Ribeirão Preto, reconheceu a necessidade de redirecionamento do documento, o que levou à formação da comissão em 2021. Ela relatou que a comissão promoveu diversas reuniões com a participação da Comissão de Educação e representantes dos setores público e privado. Durante as audiências públicas realizadas em fevereiro do ano anterior, a comissão coletou 200 sugestões online e presenciais, que foram minuciosamente avaliadas de março a maio. A partir dessa análise, o documento foi integralmente revisado e aprovado por todos os membros da comissão coordenadora, estando atualmente acessível no site da Câmara Municipal e na plataforma da Prefeitura de Ribeirão Preto. Valéria informou que, após a revisão, o documento foi encaminhado à Secretaria da Fazenda e ao Conselho Municipal de Educação, encontrando-se agora sob análise da Câmara. Disponibilizou-se para esclarecer quaisquer dúvidas sobre a atualização ou elaboração do plano, mencionando que os trabalhos foram coordenados sob a presidência do Dr. Laurício da OAB, que acompanhava a reunião online. Ela ecoou as palavras da vereadora Judeti Zilli sobre a importância desse momento para a educação municipal e destacou a necessidade de considerar o contexto do município para os próximos dez anos. Acrescentou que um decreto federal recente convocou todos os municípios a realizarem suas conferências municipais de educação, e Ribeirão Preto, como cidade polo, sediou sua primeira conferência em 27 de outubro, com a participação de 200 representantes locais e regionais. Delegados eleitos na conferência representaram diversos setores da educação municipal na conferência estadual, e uma delegação de seis pessoas da região participou da conferência nacional em Brasília, de 28 a 31 de janeiro, onde contribuíram para as discussões sobre as emendas ao plano nacional de educação. Por fim, Valéria mencionou que já estão em andamento as preparações para a criação do fórum municipal de educação. Renato Zucolotto, por sua vez, agradeceu a Valéria e todos os participantes da audiência pública, fazendo a leitura da lista de presença.



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

## Estado de São Paulo

O presidente, vereador Renato Zucoloto, concedeu a palavra a Marco Aurélio Martins, representante do grupo Somos Brasil, para que apresentasse suas considerações. Aproveitou também para agradecer a presença do vereador França na reunião. Marco Aurélio expressou sua gratidão aos participantes e relatou que realizou uma análise detalhada do projeto em tramitação na Câmara, destacando dados preocupantes sobre a educação em Ribeirão Preto. Observou que o Plano Municipal de Educação (PME), que deveria ter sido implementado em 2016, ainda não foi colocado em prática, prejudicando a obtenção de recursos federais destinados à educação. Criticou a posição de Ribeirão Preto no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), apontando que a cidade ocupa o 509º lugar entre os municípios do Estado de São Paulo e o 2234º entre os municípios brasileiros, uma classificação que considerou desproporcional ao tamanho e à importância da cidade. Marco Aurélio mencionou que, em 2021, o Ministério da Educação (MEC) distribuiu 60 milhões de reais aos municípios, mas Ribeirão Preto ficou excluído dessa distribuição devido à não implementação do PME e aos desdobramentos da operação Sevandija. Apontou que o plano municipal apresenta mais de 50 pontos de inconsistência que necessitam de ajustes para sua adequação ao plano nacional de educação. Ressaltou a urgência da Câmara Municipal em colaborar com a gestão pública para superar esses desafios e garantir o recebimento de recursos e a melhoria dos índices educacionais. Thiago Meirantes, solicitando a palavra, expressou sua preocupação com a qualidade do ensino, não apenas em Ribeirão Preto, mas também com a deterioração da educação em âmbito nacional. Criticou as discussões no CONAE, que, segundo ele, focaram excessivamente em ideologia de gênero, desviando-se dos fundamentos essenciais da educação, como a leitura, a escrita e a interpretação de texto. Apontou a discrepância entre a qualidade do ensino público municipal e o particular e condenou a hipocrisia de governantes que não confiam no sistema educacional que defendem. Meirantes enfatizou a necessidade de priorizar a educação e analisar criteriosamente os pontos do PME, defendendo que a escola deve ser um ambiente de aprendizado das disciplinas acadêmicas, deixando questões como a ideologia de gênero para serem abordadas pelos pais. Finalizou solicitando aos vereadores que assegurem uma educação de qualidade para as crianças e adolescentes da cidade e destacou a importância da segurança nas escolas para um ambiente propício ao aprendizado. Renato Zucoloto, que já presidiu a Comissão Permanente de Finanças, destacou que, apesar dos significativos investimentos em educação, exigidos pela Constituição Federal, a qualidade do ensino ainda não é proporcional a esses investimentos. Citando a experiência de familiares que trabalham no setor educacional, como sua mãe, enfatizou a necessidade de que os recursos financeiros se reflitam efetivamente na melhoria da educação em Ribeirão Preto. Observou que países que se destacam no cenário mundial investem prioritariamente na educação. Criticou a prática de incluir as metas do Plano Municipal de Educação (PME) apenas em anexos, em vez de integrá-las ao corpo do texto legal, comprometendo-se a propor emendas para que as 20 metas sejam explicitadas no texto da lei, garantindo assim sua implementação pelo próximo governo. Anunciou que essas emendas seriam discutidas após o carnaval e lembrou que o público ainda pode se inscrever para participar. O vereador França, ao fazer uso da palavra, agradeceu a todos os presentes na audiência pública e ressaltou a importância do PME. Compartilhou sua rotina de acompanhar os itinerários dos ônibus escolares desde as 5h30 da manhã e apontou problemas relacionados à logística de deslocamento dos estudantes, especialmente a distância entre as residências e as escolas. Enfatizou que a comunidade de Ribeirão Preto precisa debater essa questão no âmbito do PME, reconhecendo que, embora o investimento em educação seja fundamental, é preciso haver controle e eficiência na aplicação desses recursos. Mencionou sua dedicação à educação inclusiva e expressou o desejo de contribuir para um PME que seja motivo de orgulho para todos. Márcia Pieri, em sua fala, agradeceu a oportunidade de participar e, após uma análise preliminar, observou que o Plano Nacional de Educação não atingiu nem 40% de seus objetivos. Sugeriu que, uma vez elaborado e aprovado, o PME de Ribeirão Preto seja tratado como uma lei, e não apenas como um conjunto de intenções, e que os gestores públicos sejam responsabilizados pelo

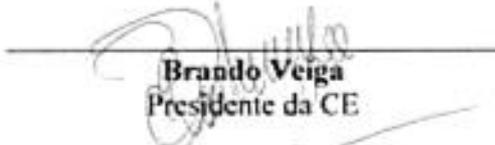


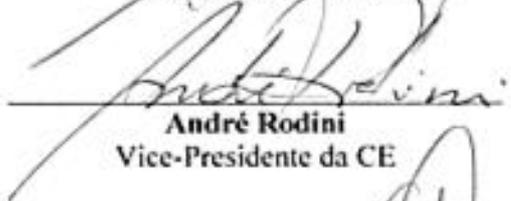
# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

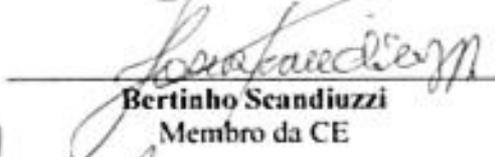
## Estado de São Paulo

cumprimento de suas metas, assim como ocorre na gestão fiscal. Concluiu que essa abordagem responsável e transparente facilitaria o alcance dos objetivos educacionais estabelecidos no plano. Márcia Pieri enfatizou que o Plano Municipal de Educação (PME) não necessita ser mais extenso do que o plano nacional, destacando a erradicação do analfabetismo como uma prioridade. Danilo Valentim, do Coletivo Popular Judeti Zilli e professor da rede municipal, refletiu sobre sua participação nas discussões de 2015 e o percurso histórico do plano. Observou que o PME, aprovado pela sociedade civil naquele ano, teve sua implementação negligenciada, atribuindo 10% da responsabilidade à ex-prefeita Dárcy Vera e o restante ao governo subsequente. Destacou o déficit de 3000 vagas em creches para crianças de 0 a 3 anos, um objetivo que deveria ter sido alcançado no decurso de dez anos, e criticou os impactos negativos dessa falha na comunidade. Levantou questões sobre as consequências financeiras e orçamentárias da não implementação do PME, mencionando a falta de informações precisas sobre as perdas financeiras do município. Lembrou que, de acordo com a legislação do plano nacional de educação, todos os planos deveriam ter sido implementados até 2015, com validade estendida até 2033. Alertou para possíveis questionamentos legais devido à discussão tardia de um PME que já deveria estar concluído, destacando a ausência de índices claros e de prazos definidos para curto, médio e longo prazo. Gabriela Rosa, do Instituto Federal 2030, expressou gratidão às autoridades presentes e anunciou que o instituto contribuirá com sugestões em protocolo próprio, incluindo a definição de prazos para o acompanhamento das metas do PME, especialmente a meta 07, que deve ser revisada pela Comissão de Educação. Renato Zucoloto recapitulou os avanços na educação desde 2017, incluindo a criação de 6500 novas vagas escolares e a construção de 16 das 25 escolas planejadas, com investimentos superiores a 100 milhões de reais. Criticou as gestões anteriores e mencionou a regularização das escolas públicas em conformidade com os padrões de segurança. Ao concluir que não havia mais inscritos para falar, encerrou a reunião às 19h36. A ata, redigida pelo servidor designado Fernando Marcos Ramos Fernando Marcos Ramos, foi elaborada de acordo com a Resolução nº 46/2018 e, após ser lida e aprovada, será assinada por Renato Zucoloto, Brando Veiga e demais vereadores membros da Comissão Permanente de Educação presentes.

  
Renato Zucoloto  
Presidente da CCJR

  
Brando Veiga  
Presidente da CE

  
André Rodini  
Vice-Presidente da CE

  
Bertinho Scanduzzi  
Membro da CE

  
Judeti Zilli  
Membro da CE